



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

25.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- 📌 [**MATCHES, CONSUMO E VÍNCULOS – O Popular**](#)
- 📌 [**GOIÁS SEGUE EM 5º NA GERAÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DO BAGAÇO DA CANA – O Popular**](#)
- 📌 [**SEM SAÍDA – Folha de São Paulo**](#)
- 📌 [**UM PAÍS DOENTE DE REALIDADE – Folha de São Paulo**](#)
- 📌 [**TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NÃO SERÁ JUSTA SEM RESPEITO A COMUNIDADES AFETADAS – Folha de São Paulo**](#)
- 📌 [**CALCIFICAÇÃO OU POLARIZAÇÃO: A ANÁLISE NÃO PODE IGNORAR AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS – Folha de São Paulo**](#)
- 📌 [**COMO SÃO LINDOS OS NEOLIBERAIS, MAS TUDO É MUITO MAIS – Folha de São Paulo**](#)
- 📌 [**GOVERNO E OPOSIÇÃO RELATIVIZAM IMPACTO POLÍTICO PARA LULA E BOLSONARO NO CASO MARIELLE – Folha de São Paulo**](#)
- 📌 [**PF PRENDE DOMINGOS E CHIQUINHO BRAZÃO, SUSPEITOS DE MANDAR ASSASSINAR MARIELLE – Folha de São Paulo**](#)
- 📌 [**BRASIL E VATICANO FIRMAM ACORDO CULTURAL HISTÓRICO – O Hoje**](#)
- 📌 [**UNIÃO BRASIL EXPULSA DEPUTADO CHIQUINHO BRAZÃO POR UNANIMIDADE – Correio Braziliense**](#)
- 📌 [**ACÇÃO PARA EVITAR NOVA TRAGÉDIA INDÍGENA – Correio Braziliense**](#)
- 📌 [**UNIVERSIDADE E DEMOCRACIA: PILARES PARA JUSTIÇA E LIBERDADE – Correio Braziliense**](#)
- 📌 [**TRABALHO DE REVISÃO DE GASTOS DO INSS VAI SEGUIR – Valor Econômico**](#)
- 📌 [**RECEITA NEGA CRÉDITOS DE PIS E COFINS POR CUSTOS COM RECICLAGEM – Valor Econômico**](#)
- 📌 [**DESTAQUE – Valor Econômico**](#)
- 📌 [**CAPODARTE E CAROLINA HERRERA DISPUTAM MARCA – Valor Econômico**](#)
- 📌 [**DISPOSITIVOS PESSOAIS EM INVESTIGAÇÕES CORPORATIVAS – Valor Econômico**](#)
- 📌 [**DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB**](#)

JORNAL – O POPULAR – 25.03.2024 – PÁG. 03

Matches, consumo e vínculos

Diógenes Carvalho

O consumo atual, a partir de uma perspectiva geral, preenche uma dupla função do ponto de vista do indivíduo: satisfação de necessidades e realização de desejos. O consumo é governado por representações coletivas, emoções codificadas, sentimentos obrigatórios, sistemas de pensamento e pela ordem cultural que o inventa, permite e sustenta.

Contudo, em um curto espaço de tempo, as tecnologias operaram profundas mudanças no modo como os seres humanos se comunicam, se relacionam e praticam os atos da vida, especialmente em relação ao consumo que, progressivamente, se tornou digital. Observa-se, assim, um desenvolvimento de redes e aplicativos que favorecem todos os movimentos de virtualização, independentemente do lugar e da coincidência dos tempos de um ciberespaço, que incentiva e acelera uma nova ordem digital com os produtos, serviços, coisas e pessoas.

Será que poderíamos pensar que uma paixão ou simples “match” num aplicativo de paquera seria uma espécie de produto ou consumo do nosso tempo? Selecionar o próximo “match” pode ser como se estivéssemos comprando algo na Shopee ou Mercado Livre? Uma espécie de um grande catálogo de marketplace, no qual apenas o imagético e as informações do produto são levados em consideração.

A impressão é que, com tudo isso, pudéssemos um dia escolher e decidir por quem nos apaixonar a partir de uma lista de características apresentadas. Um verdadeiro jogo de acerto e erro na tomada de uma decisão (esse é o melhor produto ou essa é a pessoa certa), sem se implicar com o vínculo, apenas com a conexão. Talvez, estamos vivendo uma fantasia diária de que sabemos tudo que queremos, sendo que não entendemos muito do nosso próprio desejo, pois existe uma espécie de estranhamento constitutivo e ambivalência dos querer dentro de nós mesmos. Ou seja: nós nos desconhecemos, o outro nos desconhece e se desconhece, mesmo diante de tantas informações prestadas, imagens fornecidas, pegadas eletrônicas deixadas, bios e likes. Daí, a grande questão: estamos fazendo apenas conexões e não vínculos?

Pois, perdemos muito mais tempo querendo entender ou outro, decifrar a mensagem ou emoji do WhatsApp (confesso que tenho muita dificuldade com isso), saber o porquê de curtir todas as fotos do Instagram e nunca começar uma conversa, ao invés de sentir e se abrir ao imponderável, aquilo que nunca fará sentido ao conhecer e querer permanecer com uma pessoa em qualquer tipo de relação.

Nós estamos apenas diante de portais de acesso, mas distantes de tudo aquilo que desenvolve laço e sustenta um encontro... Por mais equilíbrio entre consumo, afeto e vínculos a partir de espaços digitais ou analógicos. A realidade nos convoca para o imponderável! Eu aceito!



JORNAL – O POPULAR – 25.03.2024 – PÁG. 10

Goiás segue em 5º na geração de energia a partir do bagaço da cana

Seis estados detêm 90% da produção de biomassa no país, que cresceu 14% em 2023 frente a 2022

Karla Jaime



Enquanto no Brasil houve um crescimento de 14% na geração de bioeletricidade para a rede no país no ano passado em relação a 2022, Goiás avançou apenas 0,4%, o suficiente para manter a quinta colocação entre os seis estados que concentram 90% dessa geração. Esses estados são também os maiores produtores de cana-de-açúcar. É o que mostram dados da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia).

No ano passado, os primeiros em bioeletricidade foram São Paulo (44,2%), Minas Gerais (12,8%), Mato Grosso do Sul (11,9%), Paraná (10,7%),

Goiás (9,1%) e Mato Grosso (2,3%). Em Goiás, foram gerados 2.573 GWh (gigawatts hora) em 2023, ante 2.563 GWh no ano anterior.

A biomassa representa cerca de 5% da energia gerada anualmente e é a terceira matriz elétrica do país, perdendo para hidrelétricas e usinas eólicas. Além do bagaço e palha de cana que representaram quase 75% da bioeletricidade para a rede no país em 2023, há outros tipos de biomassa, como lenha, lixo, resíduos de madeira, capim elefante, casca de arroz, biogás, entre outros.

Ao analisar o ranking de bioeletricidade, André Rocha, presidente executivo do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (Sifaeg) e vice-presidente da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), menciona essa diversidade de biomassa como um dos motivos de Mato Grosso do Sul e Paraná estarem à frente de Goiás.

Ele observa também que quando se trata da biomassa de bagaço e palha de cana, Goiás fica em terceiro lugar, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais, os quais, porém, aumentaram a distância nessa liderança. No setor sucroenergético, é grande o potencial goiano na geração de energia por bagaço e palha de cana, destaca o presidente do Sifaeg, mas ele diz que faltam políticas de incentivos que criem condições de aumentar investimentos em bioeletricidade.

“Em Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tem crescido a produção graças a incentivos fiscais. Hoje produzem açúcar e etanol não só da cana, mas de milho. E no caso de Minas o mercado consumidor é muito maior e está mais próxima de São Paulo e do porto que Goiás.” Como a produção de cana tem sido linear no estado, também não houve maior volume na biomassa resultante, o que explica Goiás não avançar

em bioeletricidade. “Seria preciso aumentar a área plantada ou a produtividade ou ambas”, lembra André Rocha.

A projeção para 2024 não é de crescimento, mas de redução da safra de cana-de-açúcar devido a queda na produtividade decorrente do clima e considerando ainda que a safra anterior foi muito favorecida justamente por melhores condições climáticas. “Tivemos safra recorde no Brasil e em Goiás também, mas bem menor que em outros estados.”

A remuneração é outra barreira, cita André Rocha, comentando que 75% da cana produzida em Goiás são para fabricação de etanol, “mas o custo de produção está hoje maior que o preço de venda”, afirma. “Quem tem condição vai produzir o máximo possível de açúcar”, prevê.

Conexão

A falta de investimentos na rede de transmissão de energia em Goiás, desde a italiana Enel, que foi sucedida pela Equatorial Goiás, dificulta estender conexões e fazer investimentos para a implantação de usinas e ampliação das unidades já instaladas, o que tem levado grupos daqui a investir em outros estados, critica o presidente do Sifaeg.

“A empresa tem que ligar a bioeletricidade em uma subestação preparada para distribuir no estado e a outros consumidores”, explica, acrescentando que como as distribuidoras não têm condição de arcar com os investimentos, elas esperam que o próprio produtor faça isso, em um cenário de crédito escasso já necessário para comprar terra, equipamentos, insumos. “O produtor já precisa de capital para investir na própria produção de cana, não são todas as empresas que têm condições de arcar com extensão de rede. Não só em nosso setor. Assim, quem pode, investe onde tem melhor condição de distribuição.”

No Brasil, menos de 30% das usinas de cana estão conectadas à rede elétrica como geradoras de energia. Em Goiás, 55% estão conectadas, principalmente as maiores, das quais algumas estão aquém da capacidade, e poderiam estar gerando mais, informa André Rocha.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.03.2024 – PÁG. A2

Sem saída

Governo e Congresso deveriam acordar alternativa ao fim de benefício para presos

Como se esperava, a Câmara dos Deputados aprovou, sem maiores resistências, o fim da saída temporária de detentos em datas comemorativas, encerrando a tramitação legislativa do tema. Se o texto for sancionado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como está, ficarão autorizadas apenas as saídas para estudo ou trabalho. Será exigido ainda exame criminológico para progressão de regime.



Não se trata de mudança menor. O Parlamento esvaziou um benefício que é concedido há quase quatro décadas —e não sem critérios. Hoje, detentos em regime semiaberto fazem jus ao direito, condicionado a autorização judicial, cumprimento de um sexto da pena (no caso de réu primário) ou um quarto (para reincidentes).

A lei atual impede a saída de presos por crimes hediondos; a nova regra estende o veto a crimes com violência ou grave ameaça. O principal argumento dos defensores do endurecimento das regras é que parte dos beneficiados não retorna às penitenciárias —foram cerca de 5% no Natal de 2023— e acaba voltando a delinquir. Em vez de aperfeiçoar a legislação, optou-se por uma restrição draconiana que ameaça o manejo do sistema carcerário.

A saída temporária funciona como um incentivo ao bom comportamento, um meio de ressocialização dos detentos e um paliativo para a superlotação dos presídios. Entre 2000 e 2022, o número de encarcerados no país aumentou em 257%, chegando a 832 mil. Facções criminosas que dominam as prisões se beneficiam da escalada dessa mão de obra potencial.

Acuado na área da segurança pública, o governo Lula tem chances escassas em um enfrentamento direto com o Congresso em torno da questão —um veto integral ao texto aprovado por maioria acachapante será quase certamente derrubado pelos parlamentares. Resta o caminho da negociação e da melhoria de políticas penitenciárias, incluindo mais estímulos para o trabalho e o estudo por parte dos detentos. Cumpre recordar que o objetivo inicial do projeto era apenas impor critérios mais rígidos para a saída temporária. A racionalidade precisa ser retomada.

Um país doente de realidade

Insistem em distorcer a realidade para colocar o abusado no papel de abusador

Ana Cristina Rosa



O Brasil é um país "doente de realidade". A constante negação da verdade me leva a essa conclusão. Enquanto parte dos indivíduos prefere alterar os fatos a admitir inúmeras situações que fazem de nós uma das nações mais desiguais do planeta, a maioria vive em constante provação por conta da "desrealização" da vida como ela é.

Essa "dissonância cognitiva" emperra o desenvolvimento socioeconômico e nos impede de avançar coletivamente, fomentando discurso de ódio e negando a mais evidente de todas as mazelas brasileiras: o racismo institucional.

No último país das Américas a "abolir" a escravidão (em 1888, há apenas 136 anos), foram criadas leis específicas para impedir a inclusão social dos ex-escravizados. Depois de cerca de quatro séculos de trabalho forçado, os negros não poderiam adquirir a posse de terras, nem estudar e seriam presos por ficar "vadiando" nas ruas.

Sem proporcionar as mínimas condições para que os afrodescendentes se tornassem "cidadãos" de fato e de direito, o país foi adubando as raízes do racismo institucional. Tanto que, até hoje, pretos e pardos enfrentam inúmeras dificuldades para alcançar o básico: alimentação, moradia, saúde e educação.

Mas, apesar das evidências, não falta quem insista em distorcer a realidade para colocar o abusado no papel de abusador quando uma iniciativa é adotada para enfrentar a desigualdade racial. A ponto de cotas raciais nas universidades serem classificadas como "privilégio" ou instrumento capaz de "restaurar o racismo" onde ele havia sido abolido.

Não sei como é no país de Alice, mas no meu, os negros, em geral, não saíram da base da pirâmide. E isso se deve aos obstáculos criados pelo racismo institucional, que entrava a vida de pretos e pardos. Nada disso é novidade. Mas, como cunhou Tom Jobim, "o Brasil não é para principiantes." Então, às vezes, é preciso desenhar. "Ando tão à flor da pele/Que a minha pele tem o fogo do juízo final." – Zeca Baleiro

Transição energética não será justa sem respeito a comunidades afetadas

Corrida pelas renováveis no país demanda atenção sobre impactos locais dos empreendimentos

Nicola Pamplona

O presidente Lula exagera, mas tem certa razão quando diz que o Brasil pode se tornar a "Arábia Saudita da energia verde". A abundância de recursos naturais e o desenvolvimento da cadeia do hidrogênio, que pode abrir o comércio internacional de renováveis, abrem grandes oportunidades ao país.

Até o momento, porém, falta um olhar mais atencioso aos impactos locais dessa necessária corrida pela energia limpa, que afeta principalmente comunidades rurais da região Nordeste e do norte de Minas Gerais. São inúmeros os casos de conflitos com comunidades próximas aos empreendimentos e queixas de dificuldades com a perda de empregos rurais ou a especulação imobiliária em regiões de grande potencial.

Nos últimos anos, este repórter já viu gente sem energia elétrica dentro de um parque eólico, pressão de empresas para desalojar moradores e comunidades preocupadas com seu ganha-pão após a ocupação de terras rurais por painéis solares. Não é um problema só brasileiro e é definido pelo termo "green grabbing", que é a apropriação de territórios em nome de um bem ambiental.

Para ONGs dedicadas a questões sociais no semiárido, são necessários reforços no processo de licenciamento ambiental, melhores contratos com proprietários de terra e respeito à legislação que prevê consultas coletivas às comunidades afetadas.



Diferentemente da água e do petróleo, a exploração do vento e do sol não gera royalties nem emprega muita mão de obra local, diante da menor qualificação do trabalhador nos locais onde esses recursos são mais abundantes. Por enquanto, ganho econômico desses projetos se concentra nas mãos de empreendedores, fornecedores de equipamentos e grandes consumidores de energia, hoje seus principais clientes.

Calcificação ou polarização: a análise não pode ignorar as instituições políticas

As democracias deram um passo importante quando a ideia de alternância no poder foi entronizada

Marcus André Melo



Que o Congresso não está polarizado já sabemos: a vasta maioria dos partidos que apoiavam Bolsonaro agora também apoiam Lula. Que o eleitorado está polarizado, mas não calcificado é incontroverso.

Mas, como argumentei em coluna recente, a polarização assume um caráter muito distinto quando o sistema é multipartidário, fragmentado e com baixíssima identificação partidária. A disjunção voto presidencial e voto legislativo (o fenômeno do voto Lira/Lula; ou centrão/Lula) ou a avaliação positiva do governo Lula por parte não trivial de eleitores de Bolsonaro não sugerem

calcificação. A opinião pública não define o sistema político. As instituições importam: federalismo, regras eleitorais (lista aberta), sistema partidário, presidencialismo.

Felipe Nunes e Thomas Traumann mostram que a polarização é afetiva e não programática. Ela se expressa no sentimento negativo em relação ao adversário mais que por desacordo programático. Como mostram os autores, este último se restringe a poucas questões comportamentais (ex. aborto; sexualidade nas escolas), ou porte de arma. A posição do eleitor(a) a respeito destes temas é o principal preditor do voto presidencial; não há discordância sobre privatização ou sobre o papel do Estado na redução da desigualdade. O mesmo padrão pode ser observado nos EUA. Mas as semelhanças param aqui.

Os autores apresentam tabelas distinguindo opiniões anti-PT e pró-PT. Assim, os que estão na oposição ao PT são definidos como antipetistas —terminologia bastante problemática por razões conceituais e empíricas.

Sabemos que na história do sistema representativo, a oposição inicialmente era vista com desconfiança. Era uma ameaça existencial em potência; no limite, "regicida". As democracias deram um passo importante quando a ideia de alternância no poder foi entronizada. Não é por outra razão que a oposição passou a se chamar "loyal opposition": a oposição leal ao sistema. É bizarro denominar a oposição com referência a

quem está no poder; deslegitima-se a oposição. Os democratas americanos não poderiam ser definidos como antitrumpistas. É como o adversário a define, e não uma categoria analítica.

Mais problemático é a oposição ser definida pela forma como reage às políticas do governo incumbente durante mais de três mandatos. Assim, uma suposta característica do antipetismo seria a rejeição de, por exemplo, programas de transferência de renda.

No entanto, a lógica se inverte quando sob Bolsonaro tais programas se expandiram e os simpatizantes do governo passaram a apoiar o programa. O que sugere que é a lógica incumbente —oposição e a competição eleitoral que definem em larga medida os sentimentos do eleitorado.

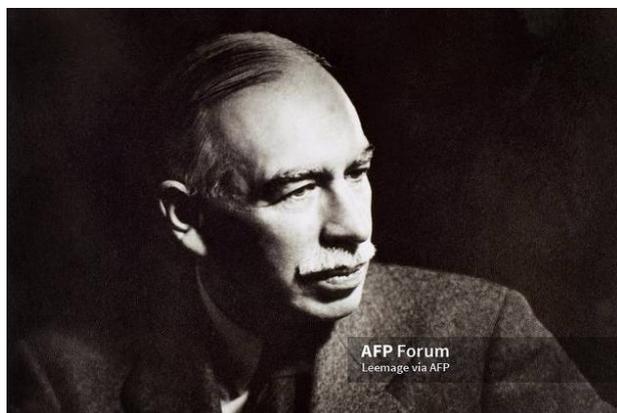
JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.03.2024 – PÁG. A3

Como são lindos os neoliberais, mas tudo é muito mais

Preocupam a alienação e a distância que se toma da emancipação humana

Ricardo Viveiros

Livros são um prazer. Além do conteúdo, as conexões que provocam com outras obras me gratificam. "A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal", de Pierre Dardot e Christian Laval, surpreendeu pela quantidade de referências que me vieram à mente. Como em um caleidoscópio, convidei para "conversar" Friedrich August von Hayek, John Maynard Keynes, Fernando Henrique Cardoso, Michel Foucault, Karl Marx e representantes da Escola de Chicago.



Crítico que sou, a ideia de que há algo sensato em uma sociedade liberal não me convence. O colonialismo foi uma dominação capitalista. Parafraseando Caetano Veloso, cantarolei "como são lindos os neoliberais, mas tudo é muito mais" ("Podres Poderes", 1984). Fique claro que a "nova razão" dos autores está associada ao novo sentido e à pretensão holística do neoliberalismo. A dominação sobre a economia é só o ponto de partida. Dardot e Laval utilizam complexas análises históricas e sociais, além de outras psicanalíticas, para fundamentar a obra. Talvez o pensamento que melhor sintetize o neoliberalismo esteja na frase da ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher: "A economia é o método. O objetivo é mudar a alma". A ideia assombra, mas faz sentido.

Para os detratores de ideologias, sejam elas quais forem, os intelectuais recorrem à interpretação vanguardista com a precisa fundamentação filosófica de Michel Foucault e Karl Marx, entre outros, com o propósito de revelar o mito neoliberal da objetividade econômica. Neoliberalismo é ideologia, sim, e das mais complexas! A psicanálise é outra ferramenta indispensável para elucidar o problema. Muitos fantasmas e cobranças que ocupam nossa mente vêm dessa "nova razão". Corpo perfeito, família perfeita e profissional



CLIPPING

DATA
25.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
9 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

perfeito são idealizações imaginárias que alimentamos sem cuidado. A alienação e a distância que se toma da emancipação humana, proposta por Marx, preocupam.

Na política, a deterioração da democracia parece algo natural nessa nova diretriz. Ao neoliberalismo não importam liberdade e justiça, exceto se estiverem em favor do sistema de dominação e lucro. Políticos como o estadunidense Donald Trump conseguem manter a popularidade e podem voltar à Presidência, mesmo após a prática de criminosos atos antidemocráticos. Ainda que a economia seja um pilar importante na avaliação dos cidadãos, questões como xenofobia, discriminação, violência e outras são ignoradas dentro da cultura neoliberal. Está aberto o caminho para discursos totalitários.

Ao contrário do interesse da sociedade, está no consenso que o controle da coisa pública pelo setor privado é a melhor opção. Ou seja, o cidadão prefere não fazer parte da administração dos seus impostos. Assim, além de atestar a própria incapacidade de atuar na vida do país, o eleitor afirma que o setor privado —que objetiva o lucro— está mais imbuído de melhores intenções do que o gestor público. A dominação não é só econômica, a "alma" já está comprometida.

Talvez desenvolvimentistas como Hayek e Keynes não tivessem a dimensão do que se tornaria o neoliberalismo. O combate às teorias que privilegiavam iniciativas coletivas e a valorização de ações individuais não acabariam em uma cultura de dominação tão ampla, até psiquiátrica. Isso não estava no horizonte dos representantes da Escola de Chicago; eles pensavam em melhorar a economia. Menos ainda em Fernando Henrique Cardoso e sua "Teoria da Dependência", que, confrontada com o seu exercício do poder, revela a luta entre o pensador e o político. Mas, de alguma forma, todas essas teses compõem a base do neoliberalismo real.

A dinâmica da economia funciona com uma complexidade que não é vista pela maioria das pessoas. Ações nas Bolsas de Valores são movidas ao sabor das especulações. Apenas a minoria consegue avaliar quanto o sistema é invasivo no seu cotidiano. Os que têm boas interpretações da realidade devem contribuir para a construção da liberdade mais plena de todos nós. Nesse sentido, o livro de Dardot e Laval traz a lição: a consciência de que vida humana e suas relações devem estar acima de qualquer interesse econômico.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.03.2024 – PÁG. A4

Governo e oposição relativizam impacto político para Lula e Bolsonaro no caso Marielle

Aliados de atual e ex-presidente buscam se descolar de elos com irmãos Brazão e minimizam potencial eleitoral

Renato Machado

Governistas e opositores buscam se descolar de eventuais elos políticos com os irmãos Brazão, presos neste domingo (24) sob suspeita de serem mandantes do assassinato de Marielle Franco (PSOL), e relativizam os impactos do caso para Lula (PT) e para Jair Bolsonaro (PL). O Palácio do Planalto avalia que a prisão dos supostos mandantes do crime não trará uma profunda alteração no cenário político, em particular nas eleições municipais de outubro deste ano.

Integrantes do governo Lula defendem que a ligação dos irmãos Brazão com alguns de seus aliados, como a família da ex-ministra Daniela Carneiro, configuram "coisas de política" e que não prejudicará os candidatos que devem ser apoiados pelo petista, em especial o prefeito Eduardo Paes (PSD), que busca a reeleição no Rio.



Por outro lado, a oposição —e mesmo alguns governistas— também diz que a prisão não deve trazer danos para o lado bolsonarista nem para o pré-candidato na capital fluminense Alexandre Ramagem (PL), ligado a Bolsonaro. O ex-presidente foi apoiado por Chiquinho e Domingos Brazão nas eleições de 2018 e de 2022 —e os irmãos mantiveram influência no governo Cláudio Castro (PL). A Polícia Federal prendeu três suspeitos de mandar assassinar Marielle e o motorista Anderson Gomes, além da tentativa de matar a

assessora Fernanda Chaves, em março de 2018.

Além do deputado federal Chiquinho Brazão e do irmão dele, Domingos Brazão, conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Rio, foi preso o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil no Rio —escolhido para comandar a corporação na época da intervenção federal no estado, comandada pelo general Walter Braga Netto, que depois virou ministro de Bolsonaro. Chiquinho Brazão era até fevereiro integrante do primeiro escalão da gestão Eduardo Paes no Rio, como titular da Secretaria de Ação Comunitária.

O governo Lula minimiza a relação, apesar de reconhecer que há algum constrangimento. Um interlocutor do Planalto afirma que a relação com os Brazão era uma "coisa de política", com Paes apenas atendendo a indicação partidária para uma determinada vaga. Não implica, portanto, uma ligação de proximidade. Integrantes da equipe de Lula ainda acrescentam que partiu de Paes a iniciativa de exonerar Chiquinho Brazão, quando neste ano surgiu a notícia de que os irmãos poderiam ser os mandantes do crime.

Além disso, afirmam que os irmãos Brazão têm uma ligação mais forte com o bolsonarismo. Além do apoio eleitoral a Bolsonaro, eles representam a "oposição e resistência ao legado de Marielle Franco", como define um auxiliar palaciano. Ainda é citado que Domingos Brazão estaria articulando, com os Bolsonaro, a candidatura de seu filho para uma vaga na Câmara Municipal. A própria investigação do caso pela PF no governo Lula, após quase seis anos de perguntas sobre os mandantes do crime, é um trunfo político da gestão petista para se distanciar de desgastes pela ligação dos Brazão com aliados.

Procurado pela Folha, Paes divulgou uma nota afirmando que o Republicanos, ao estabelecer aliança com a administração municipal, escolheu Chiquinho Brazão como representante do partido para ocupar a secretaria. Apesar de filiado à União Brasil, ele havia solicitado autorização ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para se desfiliar —e estava em negociação para migrar para o Republicanos.

"Quando surgiram especulações sobre o caso, foi solicitada ao partido a indicação de um nome para substituí-lo e ele foi exonerado no início de 2024. A Prefeitura do Rio reforça seu apoio às investigações sobre o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes e espera que o caso seja elucidado pela Justiça",



CLIPPING

DATA

25.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

11 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

informou a Prefeitura do Rio, em nota. Procurada, a defesa de Chiquinho não se manifestou. A defesa de Domingos afirma que ele não conhecia Marielle e que é inocente.

Outro aliado do Palácio do Planalto que era ligado aos Brazão é o prefeito de Belford Roxo, Waguinho, cuja mulher, Daniela Carneiro, foi ministra do Turismo de Lula. Ela deixou o cargo após pressão da União Brasil, partido ao qual o grupo político busca desfiliação. Um dos raros prefeitos a apoiar Lula na eleição de 2022 na Baixada Fluminense, Waguinho chegou a realizar uma postagem em janeiro deste ano defendendo Domingos Brazão.

"Convivo com Domingos Brazão há muitos anos. Já estivemos em disputa política lado a lado e, às vezes, em lados opostos. Em todas as ocasiões ele sempre se portou com dignidade e demonstrou respeito com as divergências políticas e ideológicas", escreveu em rede social. "Não acredito que ele tenha qualquer envolvimento com a morte de Marielle Franco e Anderson Gomes e espero que os verdadeiros culpados sejam punidos com rigor", completou, acrescentando que as delações não seriam suficientes para provar ou punir qualquer cidadão.

Aliados de Bolsonaro minimizam os apoios eleitorais dos Brazão ao ex-presidente e afirmam que o fato de Chiquinho ter integrado a gestão Paes vai, no mínimo, inibir que a atuação de milicianos seja usada na campanha contra Ramagem, em tentativas de relacionar esses grupos com os bolsonaristas. Mesmo um integrante do governo Lula afirma que o fato de as prisões não chegarem na família Bolsonaro (como chegou a ser aventado em alguns momentos, após insinuação do ex-governador Wilson Witzel) pode resultar na ausência do tema nas eleições.

Na mesma linha, o filho mais velho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), criticou o que chamou de "farsa" para tentar associar o crime à sua família. "A polícia parece ter dado passos importantes para solucionar a morte de Marielle Franco. Para a frustração de algumas pessoas, o que era óbvio está ainda mais claro: Bolsonaro não tem qualquer relação com o caso", escreveu o senador em rede social.

"Apesar desse fato inequívoco, a esquerda quer criar uma associação que não existe. Esse tipo de farsa narrativa é perigosa e criminosa. Incentiva linchamentos virtuais e físicos e coloca em risco a vida de pessoas inocentes. Que a Justiça possa continuar com seu trabalho e que dê uma solução definitiva para o caso", completou.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.03.2024 – PÁG. B1

PF prende Domingos e Chiquinho Brazão, suspeitos de mandar assassinar Marielle

OUTRO LADO: defesa de conselheiro do TCE do Rio afirma que ele é inocente; reportagem não conseguiu contato com advogados do deputado federal

A Polícia Federal prendeu neste domingo (24) três suspeitos de mandar assassinar a vereadora Marielle Franco (PSOL) e o motorista Anderson Gomes, além da tentativa de matar a assessora Fernanda Chaves, em março de 2018. Foram presos são o deputado federal Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ) e o seu irmão, o conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Rio Domingos Brazão, e o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil no Rio.

A autorização para a operação foi dada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, que horas depois determinou o levantamento do sigilo das peças relacionadas ao caso. Ele enviou sua decisão para referendo da Primeira Turma da corte.

As prisões deste domingo são tratadas na PF como uma grande conquista, já que o caso havia sido finalizado sem chegar a mandantes. No início do ano passado, primeiros meses do governo Lula, o novo superintendente da polícia no Rio reabriu a apuração, desta vez em âmbito federal. Os três suspeitos foram levados para Brasília no fim da tarde. Eles devem ser encaminhados a presídios federais diferentes, o que ainda depende de decisão judicial.



Em conversa com jornalistas do lado de fora da sede da PF (Polícia Federal) no Rio, o advogado Ubiratan Guedes, responsável pela defesa de Domingos Brazão, afirma que o conselheiro do TCE não conhecia Marielle e é inocente. A advogada do ex-chefe da Polícia Civil, Thalita Mesquita, disse que ele nega qualquer envolvimento com o crime. "A defesa tem certeza da inocência dele."

A defesa de Chiquinho Brazão foi procurada pela reportagem, mas ainda não se manifestou. A operação, chamada Murder Inc., é realizada em conjunto com a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro. Foi realizada no domingo para surpreender os suspeitos, de acordo com as primeiras informações. Há a indícios de que eles tentariam fugir.

A ação conta ainda com o apoio da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro e da Secretaria Nacional de Políticas Penais, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou em entrevista a jornalistas que as prisões são "uma vitória do estado brasileiro, das nossas forças de segurança do país em relação ao combate ao crime organizado."



CLIPPING

DATA

25.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Além dos mandados de prisão, a polícia cumpriu 12 mandados de busca e apreensão, todos no Rio. Foram ainda alvo de busca o delegado Ginton Lages, que esteve à frente do caso Marielle Franco no início das investigações, na delegacia de homicídios do Rio; Marcos Antônio de Barros Pinto, que foi seu auxiliar; Erika Araújo, esposa do Rivaldo; e Robson Calixto Fonseca. Lages disse à Folha que nunca recebeu orientação de Rivaldo para deixar de investigar alguém. "Sempre contei com independência e autonomia", afirmou. Os demais alvos não foram localizados ou não responderam até a publicação da reportagem.

A operação da PF ocorre apenas cinco dias após Moraes homologar a delação premiada do ex-policia Ronnie Lessa, suspeito de ser o executor do crime. De acordo com informações de investigadores, a colaboração foi essencial para determinar os mandantes. Lessa foi preso em 2019 durante o período de atuação de Ginton Lages no caso. Em depoimento ainda naquele ano, o delegado afirmou que a investigação teve falhas que atrasaram a identificação dos acusados do crime. Os erros teriam ocorrido na coleta e análise de imagens a fim de identificar o trajeto feito pelo Cobalt usado pelos assassinos.

De acordo com trecho da representação enviada pela PF a Moraes, o assassinato de Marielle Franco foi "arquitetado" por Domingos e Chiquinho Brazão e pelo delegado Rivaldo Barbosa. O texto diz que o crime foi idealizado pelos irmãos e "meticulosamente" planejado pelo policial. Rivaldo chegou a fazer a exigência que seria repassada aos executores, dizem os investidores, de que a morte não poderia se originar da Câmara dos Vereadores (Chiquinho era vereador na mesma legislatura que Marielle).

De acordo com a PF, é justificada a qualificação de Rivaldo como autor do delito porque, apesar de não ter idealizado o crime, ele "foi o responsável por ter o controle do domínio final do fato". Segundo os investigadores, ele teve "total ingerência sobre as mazelas inerentes à marcha da execução, sobretudo, com a imposição de condições". Durante a semana, Lewandowski, anunciou a homologação no STF da delação de Ronnie Lessa. O acordo teria sido decisivo para as investigações avançarem e culminarem com a prisão dos suspeitos de serem os mandantes.

A ministra Anielle Franco (Igualdade Racial), irmã de Marielle, comemorou as prisões. "Só Deus sabe o quanto sonhamos com esse dia! Hoje é mais um grande passo para conseguirmos as respostas que tanto nos perguntamos nos últimos anos: quem mandou matar a Mari e por quê?", disse. Ela agradeceu a Polícia Federal, o governo federal e o Ministério Público, além do ministro Alexandre de Moraes, do STF, que deu as ordens de prisão.

A família de Marielle ficou particularmente surpresa com a prisão do delegado Rivaldo Barbosa. "Acho que a maior surpresa nisso tudo era exatamente o nome do doutor Rivaldo. Era um nome que inclusive a minha filha confiava nele, no trabalho dele. Ele foi um homem que disse que era questão de honra para ele elucidar esse caso. Ele disse para mim e para meu marido que era questão de honra", afirmou Marinete da Silva, em entrevista à Globonews.

"É uma tristeza muito grande, porque quando você passa a viver uma situação dessa, com uma autoridade que está dentro do serviço público para fazer seu trabalho. É ainda mais difícil. Infelizmente, ver o nome do doutor Rivaldo nessa lama", completou. A União Brasil, partido de Chiquinho Brazão, pretende decidir ainda neste domingo sobre o processo de expulsão do parlamentar preso na operação. O presidente da

legenda, Antonio Rueda, divulgou uma nota poucas horas após a prisão informando que solicitou a abertura do processo disciplinar.

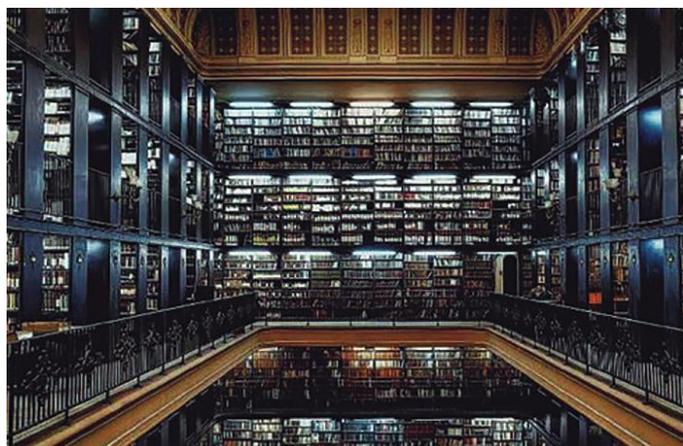
A legenda afirma que Brazão já não mantinha relacionamento com o partido e havia solicitado ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) a autorização para se desfiliar. Inicialmente, a reunião da executiva nacional da União Brasil estava programada para terça-feira (26), mas Rueda decidiu antecipar o encontro para evitar desgastes para a agenda. O futuro de Brazão será então decidido em um encontro virtual na noite deste domingo (24). O Ministério Público junto ao TCU deve pedir a suspensão do salário de Chiquinho e a aposentadoria compulsória de Domingos Brazão. A representação deve ser apresentada pelo procurador Lucas Furtado, que deve ainda solicitar a restituição do salário eventualmente já pago ao deputado federal neste mês.

JORNAL – O HOJE – 25.03.2024 – PÁG. 16

Brasil e Vaticano firmam acordo cultural histórico

Parceria entre Ministério da Cultura e Biblioteca do Vaticano promete impulsionar preservação de acervos e educação

Luana Avelar



O Ministério da Cultura do Brasil e a Biblioteca Apostólica do Vaticano celebraram um marco histórico ao assinarem um acordo de cooperação técnica. Este acordo, entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e a instituição localizada no Vaticano, visa a estabelecer parcerias para o desenvolvimento de projetos conjuntos que abrangem a preservação de acervos e o fomento da educação, ciência e cultura.

A Biblioteca Apostólica do Vaticano, uma das mais antigas da Europa, oferece um acervo imponente, com 1,7 milhão de livros, 150 mil manuscritos e uma variedade de outros artefatos culturais. Por sua vez, a Fundação Biblioteca Nacional é reconhecida internacionalmente como depositária do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil, possuindo mais de nove milhões de itens em seu acervo.

O acordo, inicialmente com validade de três anos e possibilidade de prorrogação, abre portas para uma série de atividades conjuntas entre as duas instituições. Estão previstos seminários, oficinas, cursos, projetos de pesquisa, exposições e eventos culturais e científicos, além de iniciativas na área de tecnologia da informação.

Também está contemplada troca de acervo físico e digital, bem como missões profissionais para compartilhamento de conhecimentos e técnicas inovadoras. O presidente da Biblioteca Nacional, Marco Lucchesi,

descreveu o acordo como um 'momento luminoso' para a instituição brasileira, destacando a abertura para o mundo e o compromisso com a disseminação do conhecimento e da cultura da paz.

A cerimônia de assinatura do acordo contou com a presença de autoridades diplomáticas brasileiras, incluindo o embaixador do Brasil na Santa Sé, Everton Vieira Vargas, e o diplomata Bruno Quadros e Quadros. Com esta parceria, Brasil e Vaticano fortalecem seus laços culturais e abrem caminho para uma colaboração ainda mais profunda no campo da preservação do patrimônio cultural e na promoção da educação e cultura.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 25.03.2024 – PÁG. POLÍTICA

União Brasil expulsa deputado Chiquinho Brazão por unanimidade

O parlamentar foi preso neste domingo (24/3) acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes

Victor Correia

A Executiva Nacional do União Brasil decidiu neste domingo (24/3) expulsar do partido, por unanimidade, o deputado federal Chiquinho Brazão (União-RJ). Ele foi preso preventivamente hoje pela Polícia Federal (PF) sob a acusação de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018.



A votação ocorreu na noite de hoje, por videoconferência, com 14 dos 15 integrantes da Executiva. Todos votaram a favor do pedido de expulsão, apresentado pelo deputado federal Alexandre Leite (União-SP), e relatado pelo senador Efraim Filho (União-PB). O encontro foi convocado pelo presidente da legenda, Antônio Rueda.

Em nota, o União Brasil afirmou que Brazão já não tinha vínculos com a legenda. "Embora filiado, o parlamentar já não mantinha nenhum relacionamento com o partido e havia pedido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorização para se desfiliar", diz o texto.

Prisão preventiva

O União identificou ainda pelo menos três condutas ilícitas do deputado segundo o estatuto interno da sigla: atividade política contrária ao Estado Democrático de Direito, ao Regime Democrático e aos interesses partidários; falta de exatidão no cumprimento dos deveres atinentes às funções públicas e partidárias; e violência política contra a mulher.

O deputado foi preso em operação deflagrada pela PF junto com seu irmão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCERJ) Domingos Brazão, e com o ex-chefe da Polícia Civil do Rio, Rivaldo Barbosa. Eles são acusados de serem mandantes do assassinato de Marielle e Anderson.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 25.03.2024 – PÁG. BRASIL

Ação para evitar nova tragédia indígena

As comunidades ainda sofrem com a falta de comida depois que a força das águas levou grande parte dos cultivos. Ações de socorro foram ordenadas pela Justiça

Henrique Lessa



As fortes inundações que castigaram o Acre nas últimas semanas tiveram impacto nas aldeias indígenas localizadas às margens de rios. As comunidades sofrem com a falta de comida depois que a força das águas levou grande parte dos cultivos. Na área onde os indígenas plantavam mandioca, milho, cacau e café, sobrou apenas lama. A destruição tornou essa população uma das mais vulneráveis do estado.

Os prejuízos não ficaram apenas na plantação. A água levou também galinhas, porcos e bois criados nessas comunidades. Com o rio cheio da lama arrastada das margens, nem a pesca resta

como alternativa para esses povos. A fome ronda os indígenas acreanos.

O governo estadual vem entregando às comunidades cestas básicas, que chegam de barco ou de helicóptero nas aldeias. Na Terra Indígena Katukina-Kaxinawa, moradores de diversas aldeias das etnias Huni Kuin, Shanenawa e Katukina, se reuniram, na semana passada, na aldeia Paroá, na margem do Rio Envira, no município de Feijó (AC), para receber a comitiva que trazia cestas básicas.

Durante a entrega, com a presença do governador do Acre, Gladson Cameli (PP), e da secretária estadual dos Povos Indígenas, Francisca Arara. Ela afirmou que, sem assistência, há risco de se repetir a tragédia que ocorreu com o povo ianomâmi, em Roraima.

"Pode acontecer, sim, como em Roraima com os ianomâmis. A desnutrição é o que nos preocupa mais agora. Com essa enchente, o alagamento detonou tudo! É só ver as fotos que os parentes (indígenas) mandam: Olha aqui as nossas bananas, olha aqui a nossa roça", mostra a secretária, que é indígena do povo Arara. Ela ressalta o esforço do governo no socorro às comunidades indígenas e reforça o compromisso, como secretária e membro dos Arara, com seu povo.



CLIPPING

DATA
25.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
17 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

"Quando organizamos a entrega das cestas básicas, eu disse (ao governo estadual) que o trabalho pode ser também para dar visibilidade ao Acre, mas não é só para tirar foto. Eu levo o meu trabalho muito a sério, com muita transparência. Nós precisamos firmar políticas públicas não só para agora, mas também para depois", afirma. "Tem que ter uma política afirmativa para o Acre ser referência. Eu sei quem eu sou. Sou governo, mas também sou indígena. Então tenho compromisso com o meu povo, com minha pauta e com meu trabalho", sustenta a secretária.

Apesar da crise que vivem os indígenas, Francisca Arara avalia que a situação no Acre ainda é muito melhor que em outros estados do Brasil. "A gente precisa se alertar com o que está acontecendo em outros estados, porque aqui a gente ainda vive em um paraíso. Em outros lugares, os parentes vão dormir vivos e acordam mortos", lamenta.

Novas sementes

Diante da presença do governador, as lideranças indígenas pediram ajuda ao estado para voltar a produzir seus alimentos. "A maioria das aldeias foram atingidas e precisam de ajuda. O que foi perdido vamos plantar de novo com ajuda de sementes e ferramentas. Com esse auxílio, vamos superar os problemas deixados pela cheia", disse o cacique da Aldeia São Francisco, Rubem Barbosa.

Edilson Brandão, cacique da Aldeia Nova Vida do povo Shanenawa, representando outras 15 comunidades, falou da necessidade de reconstrução. "Precisamos, sobretudo, de um empenho na produção em parceria com estado para fortalecer a nossa segurança alimentar", comentou. Já o cacique da Aldeia Paroá, Mário Kaxinawa, acrescentou que a ajuda é necessária para que os indígenas permaneçam na terra depois da alagação. "Muitas roças ficaram dentro de igapós (planícies que alagam) que cresceram com a cheia dos rios. Isso pode fazer com que mais indígenas abandonem as suas terras para passar dificuldades na cidade. Precisamos chamar o pessoal para continuar a viver nas aldeias," reivindicou.

Logo depois de o governador deixar a aldeia, a reunião no galpão em meio às casas se dispersou. Nesse momento, pouco antes da reportagem embarcar no helicóptero de volta à cidade, era possível escutar mulheres, que cuidavam das crianças menores, comemorando a chegada dos alimentos. Naquela noite, diziam, "a barriga vai ficar cheia".

Apoio determinado pela Justiça

Ao chegar ao pequeno aeroporto de Feijó, no Acre, a maior aeronave que se avista no terminal é um helicóptero militar do Exército. O equipamento é um dos utilizados para a entrega de ajuda humanitária na região. Mas o apoio logístico da União precisou de uma interferência da Justiça Federal do Acre. Após um pedido protocolado pelo Ministério Público, o Judiciário cobrou o apoio logístico do governo federal para a entrega de cestas básicas e de água potável nas comunidades afetadas.

A liminar determinou que a União deve fornecer o suporte logístico de helicópteros para a entrega da ajuda humanitária disponibilizada pela Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do governo estadual. Na petição, o Ministério Público Federal (MPF) destacou os relatos de membros das comunidades indígenas sobre a perda das plantações com os roçados inundados, fazendo diversos povos indígenas perderem uma das únicas fontes de alimento disponível.

Segundo o MPF, a iniciativa foi motivada pela falta de resposta da Secretaria Nacional de Defesa Civil ao pedido do governo do Acre de apoio aéreo para o atendimento dessas populações isoladas no estado. Feijó, distante 360km da capital, decretou situação de emergência depois das inundações deste ano. As populações indígenas e ribeirinhas foram as mais afetadas. Roçados e fontes de água potável ficaram soterrados pela lama em diversas aldeias. A situação deixou essas comunidades em extrema insegurança alimentar e hídrica

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 25.03.2024 – PÁG. OPINIÃO

Universidade e democracia: pilares para justiça e liberdade

Assim como as demais universidades e institutos federais, a UnB tem sido palco de acontecimentos históricos para a educação do nosso país

À medida que nos aproximamos do mês do aniversário de 62 anos da Universidade de Brasília (UnB), reflito sobre o que essa instituição representa para a cidade e para todo o país. Desde sua fundação, a UnB tem sido um farol de resistência e um espaço onde a democracia não é apenas praticada, mas celebrada e fortalecida.

Como primeira mulher reitora da UnB, eu me inspiro nos ensinamentos dos nossos fundadores, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Eles nos deixaram um legado de respeito aos direitos humanos e de compromisso em tornar a universidade cada vez mais



um espaço de e para todas e todos: democrática, inclusiva, diversa, inquieta. Esses princípios orientam nossas ações, moldam nossas políticas e definem nossa missão como instituição de ensino superior pública federal. Aqui, fazemos ensino, pesquisa e extensão de excelência e com forte compromisso social.

Assim como as demais universidades e institutos federais, a UnB tem sido palco de acontecimentos históricos para a educação do nosso país. É lugar para se debater e construir o futuro do ensino que queremos, voltado para o desenvolvimento sustentável do Brasil e para o bem-estar do nosso povo. Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, líderes humanistas e visionários incansáveis, nos ensinaram que a educação é a chave para a construção de uma sociedade mais solidária. Entre tantos legados que Darcy Ribeiro deixou para o nosso país, está a luta e a defesa da democracia e da autonomia universitária. Temos orgulho também de ter Paulo Freire entre os nossos doutores honoris causa. Portanto, não abrimos mão da democracia!

A UnB é prova do que regimes autoritários fazem às instituições democráticas: no dia 9 de abril de 1964, nove dias após o golpe militar no Brasil, a Universidade de Brasília sofreu a primeira invasão de militares. Em 1965, perdeu a maior parte dos seus professores e quase foi fechada. Em 1973, perdeu seu brilhante estudante Honestino Guimarães. Resistiu. E hoje se destaca entre as melhores do Brasil e da América Latina. Nos anos mais recentes, os ataques às universidades federais vieram pela tentativa de intimidação a docentes, sindicatos, estudantes, reitoras e reitores, resultando, por exemplo, na morte do reitor da UFSC



CLIPPING

DATA

25.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Cancelier, em 2017. Em abril de 2019, a UnB e outras duas universidades foram acusadas de fazer “balbúrdia”, e tivemos, de uma vez, um corte de 30% do nosso orçamento.

O corte foi estendido às demais universidades. Os estudantes foram para as ruas em maio de 2019 e, com sindicatos de técnicos e de docentes, conseguiram reverter a situação. Reitoras e reitores eleitos não foram nomeados entre 2019 e 2022. Em 2003, tivemos um dos marcos mais significativos rumo à democratização do ensino: a implementação do Sistema de Cotas. Uma iniciativa pioneira da UnB com objetivo de diminuir as desigualdades de acesso à educação e promover a inclusão social. Mais recentemente, estendemos esse compromisso à pós-graduação. Reafirmando nosso pioneirismo e nosso dever com a democracia, realizamos, neste semestre, o primeiro vestibular para pessoas com 60 anos ou mais. É motivo de orgulho ver que iluminamos políticas para o país.

Temos também a urgência de reparar as injustiças do passado e de honrar quem lutou por um Brasil democrático e justo. É por isso que planejamos, a partir de uma mobilização interna e da sociedade civil, entregar postumamente o diploma de graduação a Honestino Guimarães, um dos estudantes brasileiros que desapareceram durante a ditadura militar.

É um gesto de justiça e para mostrar para a sociedade as consequências das graves violações dos direitos humanos no período da ditadura militar, para que isso nunca mais ocorra. Honestino foi o primeiro colocado no primeiro vestibular em geologia da UnB. Seria meu colega de profissão e um brilhante geólogo. A ausência da democracia tirou dele essa possibilidade de vida. Em sua memória, o nosso Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UnB estampa o seu nome.

No âmbito nacional, é a primeira vez que a UnB assume a presidência da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A democracia é um princípio caro para a Andifes, pois permeia todas as esferas da vida universitária, como a liberdade de cátedra, a escolha democrática de reitores e a necessária autonomia financeira prevista na Constituição Federal, a exemplo do que ocorre nas universidades estaduais paulistas desde 1989.

Nesse contexto, celebramos a abertura de rádios e TVs de universidades e institutos federais, como parte de uma iniciativa da Andifes e do governo federal para a democratização da informação e o combate às fake news. Já são mais de 40 novas consignações de rádio e TV em todo o país. Portanto, ao olharmos para o futuro, continuamos a sonhar o sonho de Darcy Ribeiro. Um sonho de uma universidade que forma profissionais competentes, mas também cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade, de uma cidade e de um Brasil mais justo, democrático e menos desigual.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 25.03.2024 – PÁG. A6

Trabalho de revisão de gastos do INSS vai seguir

Após economia de R\$ 10 bilhões no ano, próximos alvos são BPC e auxílio a pescador

Lu Aiko Otta



Muito cobrada por especialistas em contas públicas, a atuação da área econômica pelo lado das despesas pôde ser vista nesta sexta-feira (22) no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, publicação bimestral que avalia o desempenho das contas públicas sob a ótica do cumprimento das regras fiscais. Como resultado da revisão dos gastos com a Previdência Social, as despesas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram reduzidas em cerca de R\$ 10 bilhões no ano. Porém, como ao mesmo tempo houve uma aceleração na concessão de benefícios, o saldo final foi um aumento de R\$ 5,6 bilhões na previsão de despesas nessa área.

O trabalho de revisão de despesas seguirá no INSS, disse ao Valor o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Sergio Firpo. Vai olhar para outros pagamentos feitos pelo órgão, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o seguro-defeso. Uma nova lista de programas que serão alvo de revisão integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, a ser divulgado em 15 de abril. A seleção está sendo refinada. O secretário não adiantou exemplos.

Na última quinta-feira, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, realizou uma reunião com os secretários-executivos dos ministérios e explicou a eles como funciona o trabalho da secretaria de Firpo. Além das revisões, a área pode dar uma espécie de consultoria aos ministérios, fazendo uma avaliação de política pública antes de ela ser lançada. Também são feitas avaliações de programas em andamento.

“Não é redução de despesas”, frisou Firpo, ao falar sobre as revisões de gastos. “Não é para ter impacto no resultado primário.” As economias obtidas com a revisão devem ser usadas para mudar o mix das despesas. A ideia é reforçar as despesas discricionárias, disse o secretário.

Neste ano, de um total de R\$ 2,1 trilhões em despesas primárias, R\$ 1,9 trilhão é de caráter obrigatório (como salários e benefícios) e apenas R\$ 225 bilhões são discricionários (como investimentos e algumas despesas de custeio). Mantida a atual tendência de evolução dos gastos, as discricionárias poderão chegar a zero em 2033, mostram projeções do Tesouro Nacional. Significaria a paralisia de várias políticas públicas. “A principal lógica é garantir que políticas prioritárias do governo sejam financiadas com o espaço fiscal gerado”, explicou Firpo. “Nosso lema é: revisar para priorizar.”

A relação não é de um para um, alertou Firpo. Ou seja, os ganhos com as revisões não serão suficientes para neutralizar o crescimento das despesas obrigatórias. Mas essa é uma forma de minorar o problema. Para conter de forma decisiva o avanço das obrigatórias, seria necessário enfrentar debates impopulares, como a



CLIPPING

DATA

25.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

revisão das regras de gastos mínimos com educação e saúde a indexação de benefícios como o BPC e o abono salarial ao salário mínimo. São discussões em curso na área técnica, mas que dificilmente virão à tona antes das eleições de outubro.

Economias com a revisão devem ser usadas para mudar o mix das despesas” — Sergio Firpo

No caso do INSS, cerca de R\$ 5,5 bilhões foram economizados com a aceleração na concessão de benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença). Há economia, pois caso seja contemplado o cidadão recebe também pelo tempo de espera. Além disso, foi feito um trabalho de combate a fraudes.

No caso do BPC, um ponto de atenção serão os pagamentos irregulares. Por exemplo: a pessoa recebe porque o governo não cessou os pagamentos no tempo devido. No seguro-defeso, serão feitos cruzamentos para saber se a pesca é de fato a principal atividade econômica do beneficiado. O relatório bimestral divulgado nesta sexta-feira (22) é o primeiro a incorporar uma revisão de gastos realizada pela Secretaria de Monitoramento e Avaliação. No ano passado, o Ministério do Desenvolvimento Social obteve uma economia de cerca de R\$ 9 bilhões no Bolsa Família, mas o trabalho de revisão ficou centralizado na própria pasta.

Conforme antecipado na quarta-feira (20) pelo Valor Pro (serviço de informações em tempo real do Valor), o governo anunciou um bloqueio de R\$ 2,9 bilhões nas despesas, e contingenciamento zero. O resultado projetado para o ano é um déficit em R\$ 9,3 bilhões, dentro da margem de tolerância da meta (R\$ 28,8 bilhões). O recado principal do governo é que todo o possível será feito para atingir a meta fiscal neste ano.

No caso das receitas, por exemplo, as frustrações admitidas em alguns itens, como a exclusão de ganhos com a tributação de compras no exterior, foram compensadas com uma medida nova: a limitação das compensações tributárias. No saldo, os ganhos esperados com as medidas destinadas a elevar a arrecadação ficaram no mesmo patamar.

No próximo dia 15, será apresentado o PLDO 2025, que fixará a meta fiscal do ano. O número que está posto desde 2023, quando foi proposto o novo arcabouço fiscal, é um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo fontes, a discussão nos bastidores não é tanto o superávit de 0,5% do PIB, mas se haverá condições de alcançar esse objetivo. O relatório bimestral mostra que a batalha será dura, mas dificilmente abandonada.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 25.03.2024 – PÁG. E1

Receita nega créditos de PIS e Cofins por custos com reciclagem

Fisco entende que gastos para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos não fazem parte de processo produtivo

Adriana Aguiar

A Receita Federal negou a tomada de créditos de PIS e Cofins por uma empresa que, para cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2010), precisa reciclar parte de suas embalagens. O posicionamento está na Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 11, que orientará todos os fiscais do país. É a primeira vez que o Fisco se manifesta sobre esse tema. Se a empresa pudesse tomar créditos dessa reciclagem, conseguiria um total de 9,25% de créditos de PIS e Cofins sobre os valores gastos - no regime de apuração não cumulativa das contribuições sociais.



A consulta foi feita por uma empresa que se dedica à atividade de torrefação e moagem de café, bem como na fabricação de laticínios. A companhia alegou que, em cumprimento à lei federal, estabeleceu um “Programa de Sustentabilidade”, reciclando cerca de “20% do total de resíduos que coloca no mercado e incentivando os consumidores a trocarem as embalagens vazias (materiais não biodegradáveis) por brindes em uma campanha de “Troca-troca”.

A empresa também é obrigada a elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), que atenda a todas as exigências estabelecidas em lei, como requisito condicionante para obter o licenciamento ambiental. Como os custos para o cumprimento desse plano são indispensáveis para a sua atividade empresarial e por decorrerem de imposição legal, alega que essas despesas seriam consideradas como insumo, passíveis de créditos de PIS e Cofins.

A companhia argumenta também que a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no ano de 2018, por meio de recurso repetitivo, decidiu que deve ser considerado insumo e, portanto, apto a gerar créditos, tudo que for imprescindível para o desenvolvimento da atividade econômica (REsp 1221170). Ao analisar o caso, a Receita destacou que o artigo 175 da Instrução Normativa da Receita Federal nº 2.121, de 2022, dispõe que a base de cálculo dos créditos da PIS e da Cofins na modalidade insumos compreende os valores das aquisições de bens e serviços usados na produção ou fabricação de bens ou na prestação de serviços.

“Portanto, brindes destinados a campanha de “Troca-troca” (na qual consumidores de determinado produto trocam embalagens vazias por brindes), bem como reciclagem de embalagens vazias de produtos, não fazem parte do processo de torrefação ou de moagem de café, ou ainda da fabricação de laticínios, atividades essas exercidas pela consulente”, diz o Fisco na solução de consulta. Ainda que aplicadas em programas de sustentabilidade decorrentes de imposição legal, segundo o Fisco, os bens e serviços não podem ser considerados insumos do processo de torrefação ou de moagem de café, ou da fabricação de laticínios.



CLIPPING

DATA

25.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

De acordo com o advogado Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax Lawyers, a Receita Federal continua sendo conservadora com relação à definição de insumos e tem negado o direito aos créditos quando se trata de obrigação legal, como já ocorreu no caso de despesas com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ou com a Lei Anticorrupção. “Mais uma vez uma decisão negativa, agora para gastos obrigatórios com a lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Na visão da Receita, não basta a imposição legal, mas tem que estar no processo produtivo”, diz o tributarista.

No caso concreto, Bueno destaca que não dá para saber na solução de consulta se a empresa adquire essas embalagens recicladas para usar nos novos produtos que fabrica. “Se essa reciclagem volta para a empresa, ela deve ser considerada como matéria-prima, e portanto, insumo que daria direito aos créditos de PIS e Cofins”, diz.

No conceito de relevância entram as despesas que são impostas por obrigação legal” — Fabio Calcini

Segundo o tributarista Fabio Calcini, do escritório Brasil Salomão & Matthes Advocacia, o STJ naquele recurso repetitivo diz que deve ser considerado insumo aquilo que for essencial e relevante. E, para ele, no conceito de relevância entrariam as despesas que a empresa tem que fazer por obrigação legal. De acordo com Calcini, “em um momento que se fala tanto de sustentabilidade, em preservação do meio ambiente, em ESG, em que a empresa tem despesas para fazer essa logística reversa, o Fisco não reconhece esses créditos, em contraposição com a sustentabilidade”.

Nesse mesmo sentido, Calcini afirma que o posicionamento da Receita Federal acaba destoando também do que diz a recém aprovada reforma tributária (Emenda Constitucional nº 32, de 2023). O parágrafo 3º, do artigo 145 da EC diz que “o sistema tributário nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.” Apesar da situação discutida ser um pouco diferente, Calcini afirma que o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) já tem decisões que confirmam o direito a créditos de PIS e Cofins sobre gastos com tratamento e descarte de efluentes. “São situações de políticas obrigatórias de cumprimento de leis ambientais regulatórias”, diz o advogado.

Ainda existe precedente do Supremo Tribunal Federal (STF), com efeito de repercussão geral, no qual os ministros admitiram a tomada de créditos de PIS e Cofins na aquisição de insumos recicláveis (Tema 304). “São temas distintos, mas o espírito dessa decisão do Supremo vai no sentido de estimular o investimento que promova o meio ambiente”, afirma Calcini.

Destaque

Ataque hacker



Uma empresa que opera rede social deverá indenizar uma influenciadora por dano moral. A Justiça catarinense determinou o pagamento de uma indenização no valor de R\$ 5 mil, acrescidos de juros e de correção monetária, para a influenciadora que perdeu o acesso a sua conta após ataque hacker. O juízo determinou também o restabelecimento da conta no prazo de cinco dias, sob pena de multa de mais R\$ 5 mil. Em dezembro de 2022, ela foi surpreendida com o rompimento da conexão de sua conta, constando o comunicado: "Status da conta: sua conta foi desconectada. Tente entrar novamente".

A influenciadora, que possui aproximadamente 648,6 mil seguidores, alegou que contatou a rede social por meio de sua plataforma de suporte e extrajudicialmente, mas apenas recebeu respostas automatizadas, que não foram suficientes para resolução do problema. Ela utiliza a rede social como principal fonte de renda por meio da realização de publicidades pagas e reviews de produtos adquiridos. O juízo de Florianópolis reconheceu os prejuízos e decidiu que a empresa pague R\$ 5 mil pelo dano moral. Inconformada, a rede social recorreu à 1ª Turma Recursal para tentar minorar a indenização, mas a decisão de primeira instância foi confirmada pela Turma (processo nº 5017667-86.2023.8.24.0090).

Capodarte e Carolina Herrera disputam marca

Desenho de um trevo, também conhecido como “rosetta”, nos produtos de ambas as empresas, as levou ao Judiciário

Beatriz Olivon

A imagem de um trevo está no centro de uma disputa entre a Capodarte, da fabricante Paquetá Calçados, hoje em recuperação judicial, e a Madig Comércio e Importação, que é licenciada da Carolina Herrera no Brasil. Após pedidos de liminar negados, em fevereiro, uma sentença passou a impedir a empresa estrangeira de usar o desenho, também conhecido como “rosetta”, em seus produtos. Cabe recurso. A representante da Carolina Herrera no Brasil também deverá pagar indenização por danos materiais e morais à Paquetá Calçados.

O caso que gerou o processo ocorreu em 2022, em uma loja Carolina Herrera do Shopping Cidade Jardim, em São Paulo. Lá foi constatado que havia produtos à venda com os símbolos nos formatos trevo/"rosetta" da Capodarte. Depois, de acordo com a Paquetá Calçados, o mesmo foi





CLIPPING

DATA

25.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

verificado em lojas no shopping Iguatemi, na capital paulista, e no Catarina Fashion Outlet, em São Roque, no interior de São Paulo.

No processo, a empresa brasileira alega que detém direitos autorais sobre a marca figurativa de um logotipo semelhante a um trevo ou "rosetta" e também da marca mista, que além do símbolo tem o nome "Capodarte". Apesar disso, alegou, tomou conhecimento da Madig/Carolina Herrera, usando o símbolo do trevo e, segundo alega, causando confusão da clientela, além de concorrência desleal. A Madig diz que não é titular da marca "CH Carolina Herrera", mas uma sublicenciada autorizada a usar a marca no Brasil, nos termos do contrato de franquia. Alegou ainda que o uso do símbolo em questão nos produtos não se presta ao papel de identificador de marca, "pois são vulgares e possuem baixa distintividade".

A empresa defende ainda a nulidade do registro das marcas, que teriam sido depositadas de má-fé, pois seriam usadas pela estrangeira antes do pedido de registro. Ainda segundo as alegações da Madig, não há confusão de clientela. Em 29 de fevereiro, a juíza Marina Dubois Fava, da 1ª Vara Empresarial de Conflitos de Arbitragem do Estado de São Paulo, aceitou o pedido da Paquetá Calçados. A juíza destaca que a Capodarte realmente é titular dos registros no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e que foram apresentadas provas, no processo, de utilização indevida da marca pela Madig.

"Observo que o produto comercializado seria abarcado pela especificação da marca de titularidade da autora, tratando-se em ambos os casos de calçados, bolsas e acessórios de vestimenta, de forma que pode haver desvio de clientela ou confusão do consumidor pelo uso do elemento figurativo da 'rosetta', registrado como marca pela autora", afirma, na decisão.

A juíza considerou que a violação às marcas pode causar confusão no consumidor e desvio de clientela, quando se trata da reprodução idêntica ou muito semelhante do elemento figurativo. Na decisão, também ponderou que, apesar do uso difundido do sinal da "rosetta", a Capodarte efetivamente conseguiu o registro da marca, enquanto a Carolina Herrera não possui direito de uso sobre o signo. "O que diferencia a concorrência leal da desleal é exatamente o meio empregado pelo empresário para conquistar a clientela do outro", afirma a magistrada.

A decisão determina que a Madig se abstenha de comercializar itens que ostentem a marca figurativa e de reproduzir em seus produtos os desenhos industriais devidamente registrados e que são característica dos produtos da Capodarte. O valor de lucros cessantes (quanto a Capodarte deixou de ganhar com a prática) devido deverá ser apurado em liquidação de sentença. Foi imposto dano moral de R\$ 30 mil, acrescido de correção monetária desde a data da decisão e de juros moratórios de 1% ao mês, desde a data do evento danoso, que se considera em 13 de outubro de 2022. Também foi imposta pena de multa diária pelo descumprimento de R\$ 1 mil, até o limite de R\$ 20 mil, podendo ser majorada em caso de descumprimento reiterado.

A advogada da Paquetá Calçados, Luciana Manica, head de propriedade intelectual no escritório Carpena Advogados, afirmou que, antes do processo, a multinacional foi notificada e foram realizadas reuniões. "A produção da Carolina Herrera é feita no exterior e os produtos são remetidos ao Brasil e demais países. Foi feito contato direto, mas eles interpretaram que não houve violação", afirmou.

A advogada lamenta não ter conseguido a decisão já via pedido liminar. “Mesmo comprovando todos os títulos perante o INPI não conseguimos a liminar. É o desprestígio que, por vezes, nosso Judiciário dá para a propriedade de uma empresa brasileira”, disse ela. Procurado, o advogado da Madig, Hiago de Borba Busch, sócio do Vilela Advogados, informou que discorda da sentença e prepara recurso (processo nº 1105812-39.2022.8.26.0100).

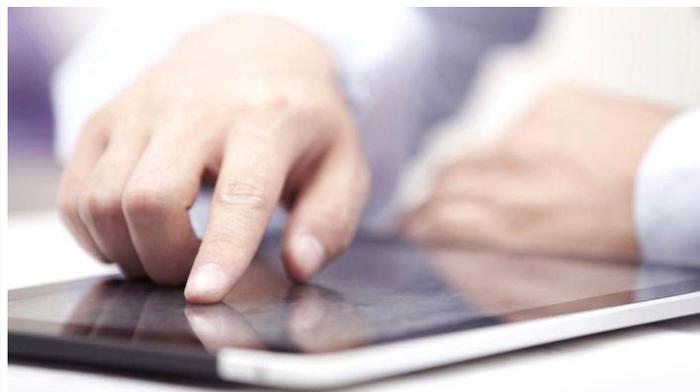
JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 25.03.2024 – PÁG. E2

Dispositivos pessoais em investigações corporativas

No Brasil, aspectos da legislação trabalhista, de privacidade de dados pessoais e mesmo reputacionais devem ser considerados na confecção de políticas e na condução de investigações

Wilson de Faria

Durante minha recente participação no 40º Congresso de Foreign Corruption Practice Act (FCPA) da ACI (American Conference Institute) em Washington DC, uma reflexão importante surgiu sobre a utilização de dispositivos eletrônicos pessoais no ambiente profissional. No entanto, uma empresa poderá ter de coletar informações e fazer apurações por meio de uma investigação interna em caso de alguma não conformidade, surgindo, nesse caso, a questão sobre o que é pessoal e privado ou comunicação corporativa e sobre qual informação pode ser usada em uma investigação e o que não poder ser coletado.



Em investigações internas, o acesso a esses dispositivos pessoais pode ser crucial, mas é desafiador devido à legislação de proteção de privacidade respectiva daquele país. O Departamento de Justiça norte-americano (DOJ) reconhece a dificuldade dessa tarefa e espera que as empresas façam esforços para controlar a comunicação pessoal, especialmente em áreas sensíveis como vendas e relações governamentais. Pelo que pude observar no Congresso, ouvindo chefes de Compliance de organizações globais e membros do DOJ, não há consenso em como administrar comunicações pessoais no ambiente corporativo. Mesmo porque, com a implementação maciça do home office e trabalho remoto, mesmo horários de trabalho, pausas e folgas acabam sendo misturadas, juntamente com as comunicações.

Uma enquete realizada durante o Congresso em Washington revelou que 70% das empresas representadas no painel sobre o tema não tinham uma solução concreta para esse desafio. Outro fato interessante é que mais de 50% das empresas que têm políticas sobre essa questão não fiscalizam se a política está de fato sendo adotada pelos colaboradores.

No Brasil, aspectos da legislação trabalhista, de privacidade de dados pessoais e mesmo reputacionais devem ser considerados na confecção de políticas e na condução de investigações. A implementação de política clara sobre utilização de dispositivos corporativos torna-se imprescindível, assim como a constante verificação de sua adoção pelos colaboradores, facilitando a gestão de riscos e Compliance e proporcionando



CLIPPING

DATA
25.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
27 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

uma clara separação entre as esferas pessoal e profissional. Isso protege tanto a empresa quanto os funcionários em casos de litígios ou investigações. Se o dispositivo móvel for de propriedade da empresa, sua requisição ou monitoramento das informações podem ser feitos pelo empregador a qualquer momento.

A questão torna-se mais complexa quando o dispositivo móvel não é propriedade da empresa. Neste caso, entendemos que aplicativos de comunicação corporativos como o Teams ou WhatsApp corporativo, mesmo se instalados em dispositivos móveis pessoais, podem sim ser objeto de monitoramento e coleta pela empresa a qualquer tempo. Nesse caso, a empresa é proprietária da informação que está contida em um software a ela licenciado ou por ela desenvolvido, mesmo se o software esteja instalado em dispositivo pessoal do colaborador. Se comunicações pessoais foram realizadas através desses softwares, o foram por conta e risco do empregado e contra a política da empresa, aí cabendo inclusive medidas disciplinares. Mas caso existam informações de cunho estritamente pessoais efetuadas por software de comunicação corporativa, idealmente não devem estas comunicações ser utilizadas como meio de prova em uma investigação interna, pois podem ser questionadas judicialmente caso a investigação saia do cunho do sigilo corporativo.

Apesar de a comunicação corporativa ser de propriedade da empresa, a legislação brasileira protege a privacidade do indivíduo em relação ao tratamento de seus dados pessoais por parte da empresa empregadora e demais organizações, sejam elas públicas ou privadas, o que abrange seus dispositivos pessoais. Neste caso, o empregador, não pode forçar o empregado a disponibilizar comunicações que estejam contidas em seus dispositivos privados, salvo por ordem judicial. Nesse sentido, a orientação do DOJ durante o Congresso de Washington foi que o “Hold Notice” (documento circulado no início de investigações onde se pede a preservação de documentos e arquivos) pode incluir o pedido para não destruição de mensagens corporativas inseridas em dispositivos pessoais, pois estas podem ser objeto de coleta determinada por ordem judicial posterior.

Na minha prática de mais de uma década realizando investigações internas corporativas, no entanto, várias vezes deparei-me com esse tipo de situação, de políticas não disciplinarem o assunto, de não haver disposições claras e expressas sobre o dever de sigilo sobre suas comunicações corporativas, de não haver mesmo meios seguros para a realização dessas comunicações. Nesses casos, o investigador pode solicitar ao empregado custodiante de informação que autorize voluntariamente o acesso ao seu dispositivo móvel (computador, celular, tablets, etc.) que porventura utilize para comunicações corporativas. Quando houver concordância, a autorização de acesso a esses dispositivos particulares deve ser feita por escrito e o resgate das informações deve seguir um protocolo pré-estabelecido, com redação de uma ata notarial na degravação das comunicações. Se não houver concordância, o acesso não é possível e não deve ocorrer qualquer tipo de retaliação.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 25 de março – Dia Nacional da Constituição

Data celebra a edição da primeira Carta Magna do Brasil

Em 25 de março, comemora-se o Dia Nacional da Constituição. Nessa data, em 1824, foi imposta pelo imperador Dom Pedro I a primeira das sete Constituições que o Brasil teve. A Carta de 1824 instituiu no país uma monarquia constitucional hereditária e representativa, introduzindo a separação dos Poderes em Judiciário, Legislativo, Executivo e Moderador. Este último, extinto com a Proclamação da República, permitia ao imperador controlar os outros Poderes nomeando juízes, escolhendo senadores, vetando leis e dissolvendo assembleias legislativas.



Na Constituição imperial, o voto era censitário e as eleições, indiretas. Conforme o capítulo VI, “Das Eleições”, não podiam votar os menores de 25 anos, com exceção dos casados, oficiais militares, bacharéis e membros da Igreja Católica. Além disso, entre essas pessoas, só podiam votar as que tivessem renda anual mínima de 100 mil réis.

A renda também era uma condição para brasileiras e brasileiros poderem candidatar-se a um cargo no Legislativo. Para concorrer a deputado, era preciso ter rendimentos anuais de 400 mil réis e, a senador, 800 mil réis. Eleições primárias escolhiam os “eleitores de província”, que votavam para deputado, senador e membros dos conselhos de província. O presidente de província, espécie de governador de estado da época, era indicado pelo imperador. Desde então, o país teve as Constituições de 1891, a primeira do período republicano, 1934, 1937, 1946, 1967 e a atual, promulgada em 1988.

Voto e eleições hoje

A Constituição Federal de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, estabelece o sufrágio universal. Sufrágio é o poder de cidadãos e cidadãs participarem direta ou indiretamente das decisões de um país, é o direito de votar e de concorrer a cargos eletivos. O sufrágio é universal se a participação popular não é limitada por condições econômicas ou sociais.

Hoje, de acordo com a Constituição em vigor, o voto é direto, secreto, universal e periódico, sendo essa uma de suas cláusulas pétreas - isto é, aquelas que não podem ser retiradas do texto nem mesmo por emenda constitucional. É obrigatório para os maiores de 18 anos e facultativo para analfabetos, maiores de 70 anos, bem como para os jovens maiores de 16 e menores de 18 anos. Apenas os estrangeiros e os conscritos (convocados para o serviço militar obrigatório) não podem alistar-se como eleitor e votar.



CLIPPING

DATA
25.03.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
29 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

As condições de elegibilidade, ou seja, a capacidade de candidatar-se a cargos eletivos são a nacionalidade brasileira, a alfabetização, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária e a idade mínima de:

35 anos para presidente e vice-presidente da República e senador;
30 anos para governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal;
21 anos para deputado federal ou estadual, prefeito e vice-prefeito;
18 anos para vereador.

Justiça Eleitoral

A Constituição de 1988 estruturou a Justiça Eleitoral da seguinte forma:

Tribunal Superior Eleitoral;
Tribunais Regionais Eleitorais;
Juízes Eleitorais;
Juntas Eleitorais.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é composto por sete membros: três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dois ministros do STJ e dois advogados nomeados pelo presidente da República entre seis indicados pelo STF. Presidente e vice-presidente do TSE são eleitos entre os três ministros do STF, já o corregedor-geral eleitoral será sempre um dos ministros do STJ.

Cada estado (e também o Distrito Federal) conta com um Tribunal Regional Eleitoral, composto por dois desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ), dois juízes de direito escolhidos pelo TJ, um juiz do Tribunal Regional Federal (TRF) e dois advogados nomeados pelo presidente da República entre seis indicados pelo TJ. Nos TREs, os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor regional eleitoral são exercidos pelos dois desembargadores, com o vice acumulando a função de corregedor. Ministros do TSE, juízes dos TREs e juízes eleitorais atuam na Justiça Eleitoral por dois anos, podendo ser reconduzidos por mais um biênio.

A organização e as competências de cada órgão da Justiça Eleitoral e as normas que orientam o processo eleitoral, além dos crimes eleitorais, foram estabelecidos pelo Código Eleitoral, de 1965, que foi recepcionado pela Constituição de 1988 e por isso continua em vigência.